

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

Demonstrações do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	25.865	34.289
Contas a receber de clientes	51.436	58.417
Contas a receber de partes relacionadas	7.552	-
Estoques	9.487	7.180
Outros impostos a recuperar	4.663	4.744
Adiantamento a fornecedores	459	585
Derivativos	-	3.148
Indenização de seguros a receber	4.509	3.301
Outros ativos circulantes	7.545	7.598
Total do ativo circulante	111.516	119.262
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.217	1.681
Mútuo a receber	14.176	-
Outros impostos a recuperar	300	5.240
	15.693	6.921
Imobilizado	535.744	346.180
Direito de uso	278.500	276.337
Intangível	16.740	14.485
Total do ativo não circulante	846.677	643.923
Total do ativo	958.193	763.185
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo		
Fornecedores	30.972	13.304
Empréstimos e financiamentos	126.484	73.217
Passivos de arrendamento	31.804	30.364
Contas a pagar de partes relacionadas	4.312	-
Salários, provisões e contribuições sociais	18.878	16.623
Dividendos a pagar	53.312	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	26.177	5.555
Impostos a recolher	8.953	7.827
Derivativos	7.764	-
Outros passivos circulantes	10.983	9.702
Total do passivo circulante	319.639	156.592
Contas a pagar de partes relacionadas	-	3.265
Empréstimos e financiamentos	-	28.092
Passivos de arrendamento	293.138	284.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.405	36.713
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais	5.787	6.129
Benefício pós-emprego	2.541	1.085
Total do passivo não circulante	335.871	360.065
Total do passivo	655.510	516.657
Patrimônio líquido		
Capital social	44.265	44.265
Reservas de capital	7.371	7.371
Reservas de lucros	186.435	124.952
Outros resultados abrangentes	64.612	69.940
Total do patrimônio líquido	302.683	246.528
Total do passivo e patrimônio líquido	958.193	763.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. O Tecon Rio Grande S.A. ("Companhia") com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul foi constituído em 13 de janeiro de 1997 como Companhia de propósito específico para o arrendamento, ampliação e exploração do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande durante 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, conforme Contrato de Arrendamento firmado junto à Portos RS (sucessora da Superintendência do Porto de Rio Grande), que possui delegação para exploração do porto. Em 7 de março de 2006, o terminal celebrou o primeiro termo aditivo ao contrato de arrendamento, prorrogando o prazo do contrato por mais 25 anos, até fevereiro de 2047. Dentre os compromissos previstos no Contrato de Arrendamento e seu Termo Aditivo, destacam-se os seguintes: • Pagamento mensal pelas instalações e áreas arrendadas; • Pagamento por contêiner movimentado, havendo um compromisso por movimentação mínima contratual (MMC); • Pagamento por tonelada na movimentação de carga e descarga de carga geral. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 22 de abril de 2026. **2.1. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos materiais aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir:

Nota Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas

- 4 Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Estimativa
- 5 Perda por redução ao valor recuperável (impairment) das unidades geradoras de caixa – Julgamento e estimativa
- 10 Realização de impostos diferidos – Estimativa
- 11 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais – Julgamento e estimativa
- 18 Benefícios a funcionários – Estimativa
- 20 Instrumentos financeiros – Estimativa

2.2. Normas adotadas em 1 de janeiro de 2025. As alterações em normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e referendadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, foram avaliadas pela Administração. A Companhia concluiu que a adoção dessas atualizações não produziu efeitos materiais em suas demonstrações financeiras, uma vez que as práticas contábeis vigentes já estavam substancialmente alinhadas aos novos requisitos. • Alterações ao IAS 21 / CPC 02 – Falta de Conversibilidade: Esta alteração estabelece critérios para avaliar se uma moeda é conversível em outra e define a metodologia para determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando a conversibilidade plena não está disponível. **2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes.** Abaixo, destacamos os pronunciamentos e alterações emitidos pelo IASB/CPC que possuem aplicação futura. A Companhia não optou pela adoção antecipada e está em processo de avaliação dos impactos potenciais:

Norma	Descrição	Data da vigência
Melhorias anuais às IFRS – Volume 11	Clarificações textuais e correções de conflitos menores entre diferentes normas IFRS.	Janeiro de 2026
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9	Novas diretrizes sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros com características contingentes. Substitui a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novas subtotações na DRE para melhor comparabilidade.	Janeiro de 2026
Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 18 / CPC 26)	Simplificação de divulgações para subsidiárias elegíveis que não possuem obrigação pública de prestação de contas.	Janeiro de 2027

2.4. Moeda funcional das demonstrações financeiras. A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. **3. Caixa e equivalentes de caixa.** **3.1. Política contábil.** Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez imediatamente convertíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4. Contas a receber de clientes.** **4.1. Política contábil.** As contas a receber de clientes representam o valor a receber pelos serviços prestados pela Companhia. Esses valores são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Os valores a receber pela Companhia são normalmente pagos em média em 23 dias. Em atendimento ao item 34 do CPC 22 – *Informações por segmento*, a Companhia divulga os clientes que representam mais de 10% das receitas ou contas a receber da Companhia. As empresas que representam 10% ou

Relatório da Diretoria
Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024, a versão completa das mesmas, incluindo o parecer dos auditores independentes, encontra-se disponível para consulta no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>, na sede administrativa da Companhia, na Av. Almirante Maximiano da Fonseca, 201 4ª Seção da Barra, Rio Grande - RS CEP: 96204-040, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Porto Alegre, 23/04/2026.
A Diretoria,
Diretoria: Paulo Roberto Telesca Bertinetti.
Contadora: Kelly Cristiny Calazans de Oliveira CRC-RJ 125861/04.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita	690.402	593.288
Custo dos serviços	(240.260)	(206.772)
Lucro bruto	450.142	386.516
Receitas (despesas) operacionais	(97.074)	(81.637)
Despesas de vendas	(3.912)	(4.285)
Despesas gerais e administrativas	(60.532)	(48.053)
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.630)	(29.299)
Lucro antes do resultado financeiro	353.068	304.879
Resultado financeiro	(32.687)	(34.669)
Receitas financeiras	13.299	7.405
Despesas financeiras	(45.986)	(42.074)
Lucro antes dos impostos	320.381	270.210
Imposto de renda e contribuição social	(104.980)	(89.157)
Impostos correntes	(107.288)	(91.163)
Impostos diferidos	2.308	2.006
Lucro líquido do exercício	215.401	181.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	215.401	181.053
Itens que nunca afetaram o resultado, líquido dos efeitos dos impostos:	55	421
Benefício pós-emprego	55	421
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado, líquido dos efeitos dos impostos:	(5.383)	1.480
Swap da dívida	(5.383)	1.480
Resultado abrangente do exercício	210.073	182.954

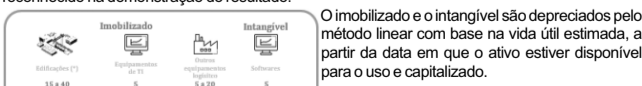
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas					Opções de ações	Benefício pós-emprego	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio atribuível aos controladores
	Capital social	de legal	de capital	de estatutária	de lucros						
31 de dezembro de 2023	44.265	8.853	7.371	49.025	12.316	2.105	-	-	68.027	-	191.974
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	421	1.480	-	181.053	182.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.053	181.053
Swap da dívida	-	-	-	-	-	-	-	1.480	-	-	1.480
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	421	-	-	-	421
Saldos de opções sobre ações vendidas e exercidas	-	-	-	-	-	(2.105)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	-	-	-	50.844	1.809	-	-	-	-	(181.053)	(128.400)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	1.809	-	-	-	-	(1.809)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(49.025)	-	-	-	-	-	(79.375)	(128.400)
Retenção de lucros	-	-	-	99.869	-	-	-	-	-	(99.869)	-
31 de dezembro de 2024	44.265	8.853	7.371	101.974	14.125	-	433	1.480	68.027	-	246.528
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	55	(5.383)	-	215.401	210.073
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.401	215.401
Swap da dívida	-	-	-	-	-	-	-	(5.383)	-	-	(5.383)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	55	-	-	-	55
Destinação do lucro:	-	-	-	59.329	2.154	-	-	-	-	(215.401)	(153.918)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	2.154	-	-	-	-	(2.154)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(100.606)	-	-	-	-	-	-	(100.606)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.312)	(53.312)
Retenção de lucros	-	-	-	159.935	-	-	-	-	-	(159.935)	-
31 de dezembro de 2025	44.265	8.853	7.371	161.903	16.279	-	488	(3.903)	68.027	-	302.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mais da carteira de clientes da Companhia são: o Grupo Maersk, com 14% e a Hapag-Lloyd, com 10% em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Maersk e o Grupo MSC representavam, em conjunto, 16% do saldo de contas a receber da Companhia. Não há outros ativos e passivos contratuais reconhecidos no período apresentado. **4.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** A Companhia utiliza uma matriz simplificada do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - para calcular as perdas esperadas de crédito ("ECLs") para contas a receber de clientes. As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão é inicialmente baseada nas taxas de default históricas observadas pela Companhia. A Companhia, quando apropriado, ajusta a matriz de modo a adequá-la à experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas. As ECLs são revertidas quando os valores a receber de clientes são recebidos ou renegociados. Em média, a taxa de ECLs prevista para itens provisionados da Companhia foi de 1,4% para 31 de dezembro de 2025 e 1,5% para 31 de dezembro de 2024. **5. Teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa.** **5.1. Política contábil:** Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são avaliados para uma verificação de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável comparado com o valor em uso do ativo. Ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável. Uma vez reconhecida, a redução ao valor recuperável do ágio não será revertida. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados no nível mais baixo onde houver UGCs separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado à UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios de onde o ágio se originou e são identificados de acordo com seu segmento. Ativos não financeiros (excluindo o ágio) para os quais a Companhia reconheceu *impairment* em exercícios anteriores são revisados se eventos ou circunstâncias indicarem que o *impairment* não se aplica mais. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida. **5.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Julgamentos, estimativas e premissas relevantes são necessários para determinar a existência de evidência objetiva de *impairment* e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A administração usa os orçamentos operacionais aprovados e dados históricos e prospectivos como ponto de partida e as principais premissas são, mas não estão limitadas a (i) receitas mensuradas por especialistas internos; (ii) custos, despesas e investimentos com base no conhecimento da melhor estimativa do desempenho passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou publicados pela indústria, quando disponíveis; e (iv) taxas de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. **6. Imobilizado e intangível.** **6.1. Política contábil.** Imobilizado e intangível com vidas úteis finitas são registrados pelo custo de aquisição ou de construção menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável, e o gasto subsequente é capitalizado somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por *impairment*. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.



(*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo subjacente. O ágio apresentado no intangível é referente ao ágio pago (expectativa rentabilidade futura) pelas suas ex-controladoras WS TRG Projeto Portuários e WVP Participações Ltda, na aquisição do Tecon RG. Tecon RG incorporou suas ex-controladoras. Detalhes sobre o teste de *impairment* estão disponíveis na nota 5. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, referentes a marcas e ágio. **7. Direito de uso.** **7.1. Política contábil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	320.381	270.210
Ajustes por:	85.968	73.949
Depreciação e amortização	38.822	30.889
Depreciação do direito de uso	13.579	12.947
Ganho na venda de ativo imobilizado	(103)	1.006
Provisão para perdas de crédito esperadas	(170)	(4.951)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	(342)	(740)
Provisão (reversão) de estoque obsoleto	(16)	(35)
Resultado financeiro	32.687	34.669
Benefício pós-emprego	1.511	164
(Aumento) redução no ativo	(4.886)	1.712
Contas a receber clientes	7.151	(15.067)
Estoques	(2.291)	(367)
Impostos a recuperar	(1.629)	16.583
Depósitos judiciais	464	97
Contas a receber com partes relacionadas	(7.552)	273
Outros ativos operacionais	(1.029)	193
Aumento (redução) no passivo	(91.930)	(118.981)
Fornecedores	17.668	642
Salários, provisões e encargos sociais	2.255	1.845
Impostos a recolher	1.126	6.024
Juros pagos sobre arrendamentos	(27.496)	(26.693)
Juros pagos sobre financiamentos	(6.744)	(15.554)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(81.067)	(89.289)
Contas a pagar com partes relacionadas	1.047	596
Outros passivos operacionais	1.281	3.448
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	309.533	226.890
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(217.231)	(56.931)
Receitas financeiras e juros recebidos	7.773	4.741
Adições ao imobilizado e intangível	(225.161)	(62.082)
Venda de imobilizado e intangível	157	410
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(217.231)	(56.931)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(100.726)	(162.727)
Captação de financiamentos - terceiros	50.000	26.000
Amortização de financiamentos - terceiros	(30.000)	(55.000)
Pagamentos de arrendamento	(5.944)	(5.327)
Mútuos a receber	(14.176)</	